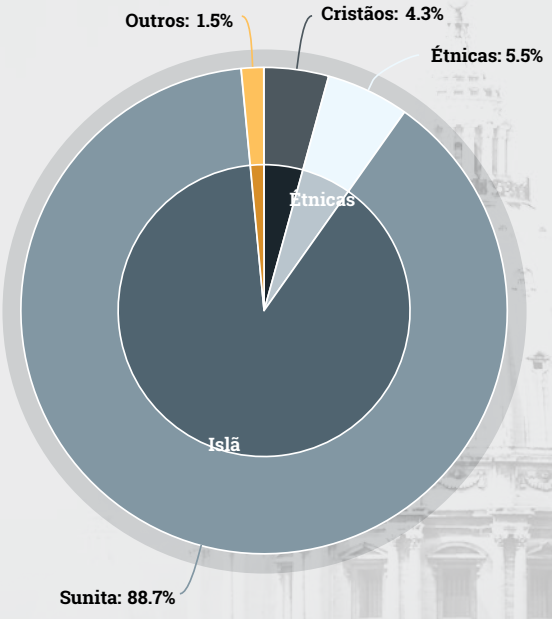
# Gâmbia

**Área**
11.295 km²

**População**
1.967.709
jul/2015

**Política**
Autocracia

**Língua(s)**
Inglês




A República da Gâmbia foi até recentemente um estado secular, de acordo com a sua Constituição. Contudo, pouco tempo antes do Natal de 2015, o presidente Yahya Jammeh, chefe de Estado há muito tempo no poder, proclamou a "República Islâmica da Gâmbia". Isso torna a Gâmbia, depois da Mauritânia, a segunda república islâmica formalmente estabelecida em África.[1]

O que isso significa na prática para a Gâmbia e para a região? Muitas pessoas veem este passo do presidente Jammeh como um sinal claro de que todos os não muçulmanos são formalmente excluídos. Durante anos, a Gâmbia tem sido um foco de atenção das organizações de direitos humanos, como por exemplo a Anistia Internacional, que acusam o presidente Jammeh de abusos flagrantes dos direitos humanos, sobretudo contra a liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. Os críticos do regime foram presos, alegam estas organizações. E, de acordo com alguns relatos, foram torturados.[2]

"O destino da Gâmbia está nas mãos de Alá, o Todo-Poderoso", disse o presidente, de acordo com informação do gabinete da presidência em 10 de dezembro de 2015. Discursava em Brufut, a 25 km da capital Banjul, durante uma visita ao longo deste minúsculo país africano.[3] O presidente disse à televisão estatal: "Uma vez que os muçulmanos representam a maioria no país, a Gâmbia não se pode dar ao luxo de continuar a herança colonial. A partir de hoje, a Gâmbia é um estado islâmico. Seremos um estado islâmico que respeita os direitos dos seus cidadãos."[4]

Ao mesmo tempo, afirmou que os cristãos e os membros de outras religiões na Gâmbia continuariam podendo praticar a sua fé. "Ninguém tem direito a interferir na sua forma de vida", disse o presidente, acrescentando que a festa cristã do Natal continuaria a ser respeitada. As mulheres também seriam autorizadas a se vestirem conforme desejassem. O presidente não deu qualquer explicação oficial para as implicações que esta mudança teria para além disso.

No início de janeiro de 2016, menos de um mês depois do presidente ter declarado a Gâmbia como república islâmica, numa comunicação ao pessoal, as funcionárias públicas do sexo feminino foram obrigadas a usar lenços na cabeça no local de trabalho. Aparentemente, o presidente publicou pessoalmente esta diretiva.[5] Contudo, houve um protesto generalizado e, pouco tempo depois, a obrigatoriedade desta medida foi retirada. Segundo o jornal The Guardian: "A ordem desencadeou resistência por parte de líderes da oposição, ativistas e grupos pró-democracia. Numa declaração a uma rádio estatal em 13 de janeiro de 2016, a presidência disse que a diretiva tinha sido retirada."[6]

[1] Die Tagespost, 09.01.2016

[2] https://www.amnesty.de/jahresbericht/2015/gambia?destination=suche%3Fwords%3DGam-bia%26search_x%3D0%26search_y%3D0%26form_id%3Dai_search_form_block

[3] Die Tagespost, 09.01.2016

[4] *ibid.*

[5] http://www.theguardian.com/world/2016/jan/05/gambia-female-government-workers-headscarves-islamic-republic

[6] http://www.theguardian.com/world/2016/jan/14/the-gambia-lifts-headscarves-directive-after-resistance

O presidente Jammeh governou este país desde que tomou o poder num golpe de estado há vinte e um anos. Desde então, tem sido eleito como presidente por mandatos sucessivos de quatro anos em 1996, 2001, 2006 e 2011. Em 2002, impôs alterações constitucionais que permitem que o presidente seja reeleito repetidamente, sem restrições. Jammeh é um muçulmano praticante que aparece com frequência em público com o Corão nas mãos. Muitos gambianos atribuem-lhe poderes místicos. Em março de 2014, anunciou que a Gâmbia iria deixar de usar o inglês como língua oficial nacional e que, em vez disso, iria escolher uma língua africana, apesar de até a data não terem sido introduzidas alterações neste sentido.[7]

Em 1888, a Gâmbia tornou-se uma colônia sob o domínio britânico e em 1965 tornou-se independente, fazendo parte da Commonwealth. Em outubro de 2013, o presidente Jammeh anunciou que a Gâmbia ia sair da Commonwealth, uma vez que esta união de língua inglesa era, na sua perspectiva, uma entidade "colonial".

No ano passado, mais de 11.500 pessoas abandonaram a Gâmbia. De acordo com dados da ONU, a Gâmbia é um dos países mais pobres do mundo. O Islamismo é a força religiosa e cultural dominante na Gâmbia. Muitos muçulmanos pertencem a irmandades sufis, por exemplo tijaniya, qadiriya e muradiya, que são conhecidas pela sua forma particular de misticismo e pela sua crença na não violência. Os Católicos constituem a maioria dos cristãos, mas há também comunidades anglicanas e outras comunidades protestantes, bem como comunidades pentecostais.

O Governo da Gâmbia planeja agora adaptar as leis do país para que se adequem aos requisitos de uma república islâmica.[8] Por enquanto, o artigo 1º da Constituição define a Gâmbia como uma república soberana e secular.[9] O artigo 25 reconhece a liberdade religiosa. Em geral, o Governo respeitou esta disposição legal no passado. Os grupos religiosos não são obrigados a registrar-se. A lei da sharia aplica-se aos muçulmanos em questões de casamento, divórcio e herança. No caso das religiões islâmica e cristã, a lei prevê instrução religiosa nas escolas públicas e privadas, e o Estado em geral respeita esta disposição.

Existem boas relações entre as instituições islâmicas e a Igreja Católica. Além das principais celebrações muçulmanas, são também celebrados os principais dias festivos cristãos, como o Natal, a Sexta-feira Santa e a Páscoa. Os membros do Grupo Inter-religioso para o Diálogo e a Paz, que inclui muçulmanos, cristãos e bahá'í, reúne regularmente para discutir assuntos importantes para todas as religiões na Gâmbia, sobretudo a questão da coexistência religiosa. Os casamentos entre cristãos e muçulmanos não são incomuns na Gâmbia.[10]

Durante o período abrangido por este relatório não houve (mais) incidentes graves relativos a violações da liberdade religiosa.

Um dos maiores desafios para a sociedade gambiana é o enorme êxodo de jovens para a Europa, uma tendência que tem aumentado nos últimos tempos.[11] Na sua maior parte, é uma fuga à pobreza, ao desespero e à falta de liberdade prevalecente num estado autoritário. Os que partem deixam para trás grandes fossos, não apenas nas suas famílias, mas também nas suas comunidades locais e grupos religiosos. Embora o dinheiro que é enviado para o país por estes exilados seja importante para muitas famílias, eles não podem substituir a ausência muitas vezes permanente de um membro jovem da família.

Resta igualmente saber que efeito o anúncio de uma república islâmica por parte do presidente Jammeh vai ter na próspera indústria turística da Gâmbia.

[7] *ibid.*

[8] Die Tagespost, 09.01.2016

[9] http://www.wipo.int/wipolex/en/text.jsp?file_id=221242

[10] Departamento de Estado Norte-Americano: International Religious Freedom Report for 2014

[11] http://www.deutschlandfunk.de/gambia-flucht-vor-armut-und-arbeitslosigkeit.799.de.html?dram:article_id=332218